



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

EMENDA CONSTITUCIONAL 95 E O DESMONTE DO ESTADO

Lineu Neves Mazano

Colaborador Auditoria Cidadã da Dívida

FONASEFE – Seminário “O Serviço Público que queremos”
Brasília, 30 de agosto de 2018

EC 95 (PEC do Teto)

- ✓ Instituiu Novo Regime Fiscal para vigorar por vinte anos
- ✓ Estabeleceu **TETO** somente para as **DESPESAS PRIMÁRIAS**, que ficarão disputando recursos sob esse teto durante 20 anos!
- ✓ **DESPESAS FINANCEIRAS COM A DÍVIDA**, que já consomem quase a metade do orçamento federal todo ano, ficarão com toda a sobra de recursos

A EC 95 PRIVILEGIA O SETOR FINANCEIRO

SENADO: SURDO A DENÚNCIAS CONTRA A PEC 55

DENÚNCIA apresentada pela Auditoria Cidadã da Dívida <https://goo.gl/MmSn41>

✓ Inviabilização ao cumprimento dos objetivos fundamentais da República previsto no Art. 3º da Constituição

✓ Inviabilização ao cumprimento dos direitos sociais previstos no Art. 6º da Constituição

- Nota da CNBB sobre a PEC 241 (PEC 55/2016 no Senado)

✓ Inviabilização ao cumprimento do disposto no Art. 208 da Constituição relativo ao Dever do Estado com a Educação

✓ Inviabilização ao cumprimento do disposto no Art. 212 da Constituição

✓ Inviabilização ao cumprimento do disposto no Art. 196, relativamente ao Dever do Estado com a Saúde

✓ Favorecimento a esquema fraudulento que envolve estatais não dependentes

Inviabilização do cumprimento do Dever do Estado com a Saúde e a Educação

População brasileira deve aumentar 20,8 milhões alcançando 228,6 milhões de pessoas em 2030, segundo projeção realizada pela ONU em 2015.

Com os valores destinados às áreas sociais congelados e corrigidos unicamente pelo IPCA, estarão inviabilizados os investimentos e o atendimento universal previsto na Constituição.

EC 95/2016 afronta a própria Constituição! E privilegia gastos financeiros com a chamada dívida pública.

EC 95/2016

CONGELA OS GASTOS SOCIAIS POR 20 ANOS

Transforma a garantia de "PISO" mínimo em "Teto"

Recursos para SAÚDE e EDUCAÇÃO antes proporcionais à arrecadação e ao PIB

- **Teto:** atualização do gasto do ano anterior pela inflação (IPCA)
- Nos próximos 20 anos, o crescimento real da arrecadação (decorrente do crescimento econômico do período) será destinada exclusivamente para gastos com a questionável dívida pública, que nunca foi auditada, enquanto a destinação de recursos para áreas sociais não poderá ultrapassar o "teto"
- Para aumentar recursos para Saúde ou Educação, outra área social deve perder, pois o teto vale para o conjunto de despesas primárias
- Violação de Direitos Humanos Fundamentais: desconsideração do aumento populacional e das inúmeras carências destas áreas.

A EC 95 amarra o País e privilegia o Sistema Financeiro

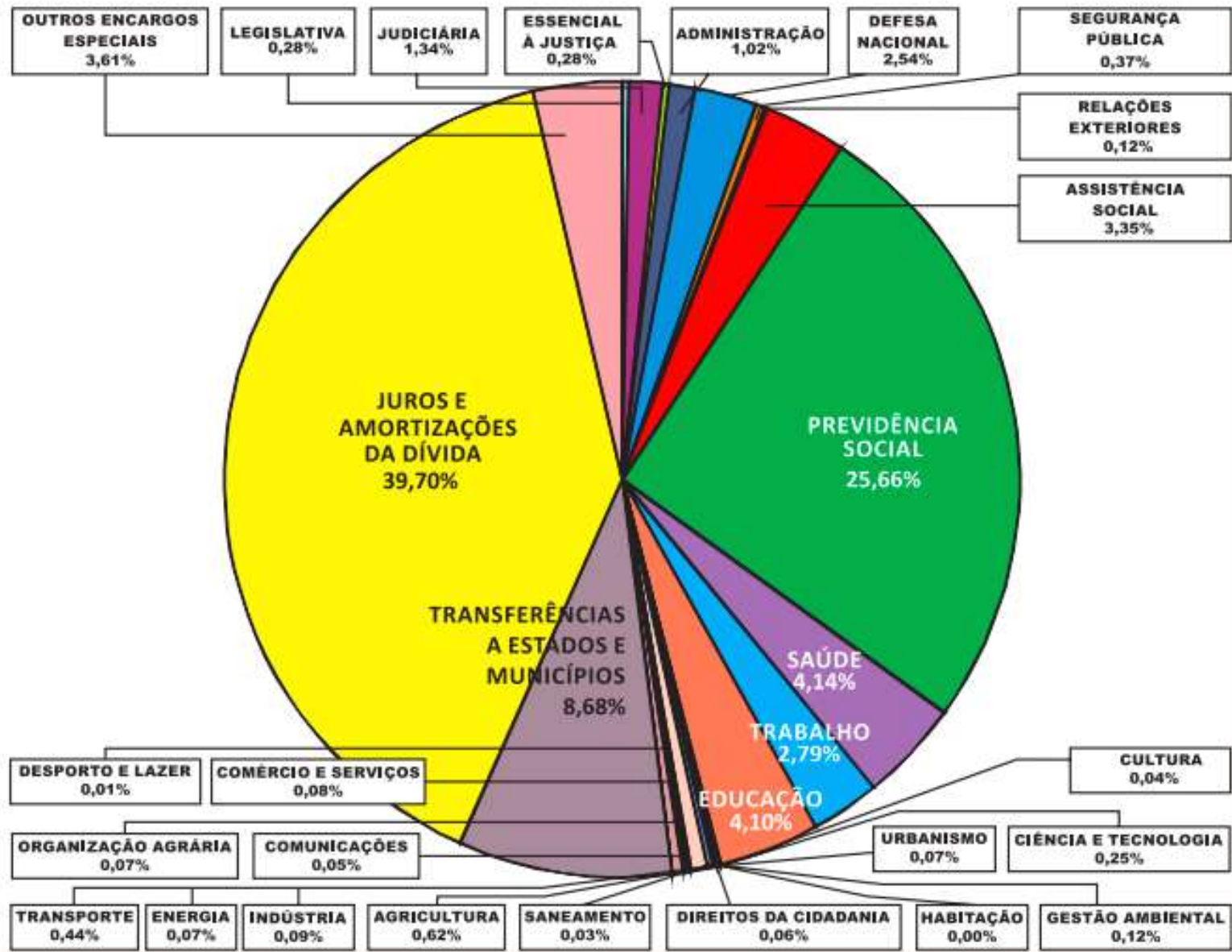
Enquanto todas as **DESPESAS PRIMÁRIAS** ficarão disputando recursos sob teto rebaixado, **ficaram fora do teto:**

✓ **DESPESAS FINANCEIRAS COM A DÍVIDA PÚBLICA**, que já consomem quase a metade do orçamento federal todo ano

✓ **DESPESAS** com aumento de capital de “*empresas estatais não dependentes*” criadas para operar o esquema financeiro fraudulento da chamada “**Securitização de Créditos**”, que é a nova forma disfarçada de geração de dívida pública

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2017 = R\$ 2,483 TRILHÕES

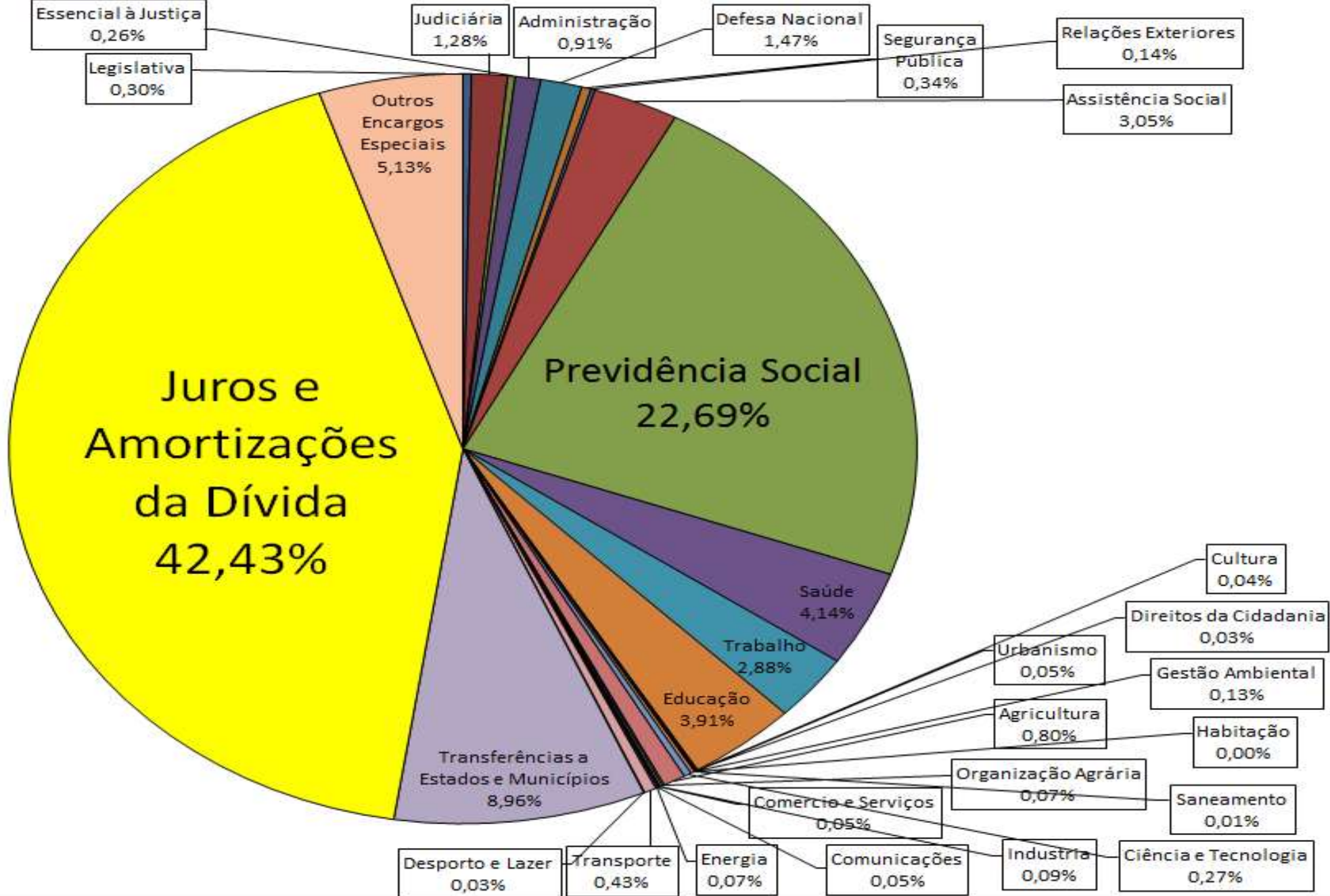
(O valor previsto aprovado para 2017 havia sido de R\$ 3,415 TRILHÕES, diferença a ser investigada)



Explicação sobre o gráfico:

<https://goo.gl/Kv25W>

Orçamento Geral da União 2015 (Executado) Total = R\$ 2,268 trilhã



“SISTEMA DA DÍVIDA”

Evidência revelada pela Auditoria Cidadã

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento do Estado
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios
- Dívidas sem contrapartida. Maior beneficiário: Setor Financeiro
- Instrumento de chantagem para implementação de contrarreformas (Previdência, Teto de gastos sociais, Privatizações etc.) e REDUÇÃO DO PAPEL DO ESTADO
- Prejudica principalmente quem mais necessita dos serviços públicos, ou seja, os mais pobres, os trabalhadores, a juventude, as mulheres.

“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- Organismos Internacionais



Dominação financeira e graves consequências sociais

DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida pública?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu tantos empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou desse endividamento?

Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente a AUDITORIA responderá essas questões

Principais fatores de crescimento da dívida interna e fabricação da crise atual são:

- **Elevadíssimas taxas de juros**: praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das sigilosas “operações compromissadas” que alcançaram R\$1,23 trilhão em 2017;
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”;
- **Emissão de títulos** para comprar dólares e aplicar em Reservas Internacionais, para repassar ao BNDES e recomprar dívida externa;
- **Prejuízos do Banco Central**

MECANISMO ALIMENTA O SISTEMA DA DÍVIDA

POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA

Sob a justificativa de controlar a inflação, o BC pratica:

- ✓ **TAXAS DE JUROS MAIS ELEVADAS DO MUNDO**

Juros altos não servem para controlar o tipo de inflação que existe no Brasil, mas são o principal fator de crescimento da dívida pública e travam a economia do país

- ✓ **RESTRIÇÃO DA BASE MONETÁRIA**

- **OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (R\$1,2 trilhão)**
- **SWAP CAMBIAL (ilegal, conforme representação TC-012.015/2003-0)**

VER ATIGO NO Jornal do Brasil DE 11/03/2018 <https://goo.gl/ecKemy>

"A tese de que as taxas de juros no Brasil são as mais altas do mundo porque o governo é o maior tomador de recursos, não se comprova."

R\$ 1,2 Trilhão da Dívida Interna utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos. Custo:

Quase MEIO TRILHÃO de Reais para Bancos!

Esse foi o custo da **remuneração da sobra de caixa dos bancos nos últimos 4 anos (2014 a 2017)**, conforme balanços publicados pelo Banco Central.

Essa benesse de quase meio trilhão de reais tem sido feita de forma ilegal e abusiva por meio de “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central com os bancos e funciona da seguinte forma: os bancos entregam sua sobra de caixa ao Banco Central e este entrega títulos da dívida pública aos bancos. Na medida em que os bancos detêm os títulos, eles passam a ter o direito de receber remuneração por isso. O Banco Central não pode utilizar esse dinheiro para nada, porque assume o compromisso de devolvê-lo aos bancos no momento em que eles pedirem de volta. Essa operação pode durar 1 dia ou anos, o seu volume ultrapassa R\$ 1,14 TRILHÃO, e custou nada menos que R\$449 bilhões no período de 2014 a 2017, ou seja quase meio trilhão de reais!

<https://goo.gl/gU6X7E> e <https://goo.gl/VWZgVa>

REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS

PL 9248/2017: Criação de “Depósitos Voluntários REMUNERADOS” pelo Banco Central

- A remuneração da sobra de caixa dos bancos já vem ocorrendo por meio das “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central, cuja justificativa é o “controle inflacionário”
- O Banco Central troca a “sobra de caixa dos bancos” por Títulos da Dívida Interna. À medida em que os bancos detêm os títulos, recebem remuneração diária, pelo tempo que desejarem.
- Essas operações atingiram patamar de quase 20% do PIB (R\$1,23 TRILHÃO) em 2017, quando a inflação chegou perto de zero <https://goo.gl/dvHYmr>
- Dificuldade do BC em justificar esse montante elevadíssimo de “Operações Compromissadas” para controlar inflação, no momento em que vivemos uma recessão e queda da inflação, apesar dos abusivos aumentos de preços administrados (principalmente combustível e gás de cozinha)

CRISE FABRICADA

CUSTO DA POLÍTICA MONETÁRIA

2015:

- ✓ Juros elevadíssimos (14,25%) sobre R\$ 4 Trilhões
- ✓ Prejuízos com Swap Cambial = R\$ 90 bilhões
- ✓ Emissão excessiva (R\$480 bi) de títulos da dívida interna
- ✓ Remuneração da sobra de caixa dos bancos (R\$1Trilhão)

Dívida Interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses de 2015

Investimento Federal em 2015: R\$ 9,6 bilhões

Mecanismos geram "Dívida": Prejuízos com Swap Cambial Ilegalidade

Representação 2ª Secretaria de Controle Externo do TCU TC-012.015/2003-0

<https://goo.gl/jZTQc>

MENU G1 ECONOMIA

30/09/2015 13h00 - Atualizado em 30/09/2015 15h20

BC tem prejuízo de quase R\$ 120 bilhões no ano com swaps cambiais

Na parcial deste mês, até a última sexta, perda do BC somou R\$ 44 bilhões. No ano, até dia 25 de setembro, prejuízo já soma quase R\$ 120 bilhões.

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

Com a disparada do dólar, o Banco Central registrou prejuízo de R\$ 44,9 bilhões na parcial de setembro, até a última sexta-feira (25), com os chamados contratos de swaps cambiais - instrumentos que equivalem a venda de moeda estrangeira no mercado futuro e que atenuam as pressões sobre o dólar no mercado à vista.

saiba mais

Dólares deixam país semana passada e fluxo de setembro volta ao vermelho

De forma geral, o BC lucra com estas operações quando o dólar cai e perde quando a cotação da moeda norte-americana sobe.

No acumulado deste ano, também até a última sexta-feira, as perdas da autoridade monetária superaram a barreira dos R\$ 100 bilhões e somaram R\$ 119,17 bilhões. Os números foram divulgados pela própria instituição nesta quarta-feira (30).

Mega Pedalada

INCONSTITUCIONALIDADE

JUROS MASCARADOS DE AMORTIZAÇÃO

CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA

FERE O ART. 167, III, DA CONSTITUIÇÃO

Relatório ACD 1/2013

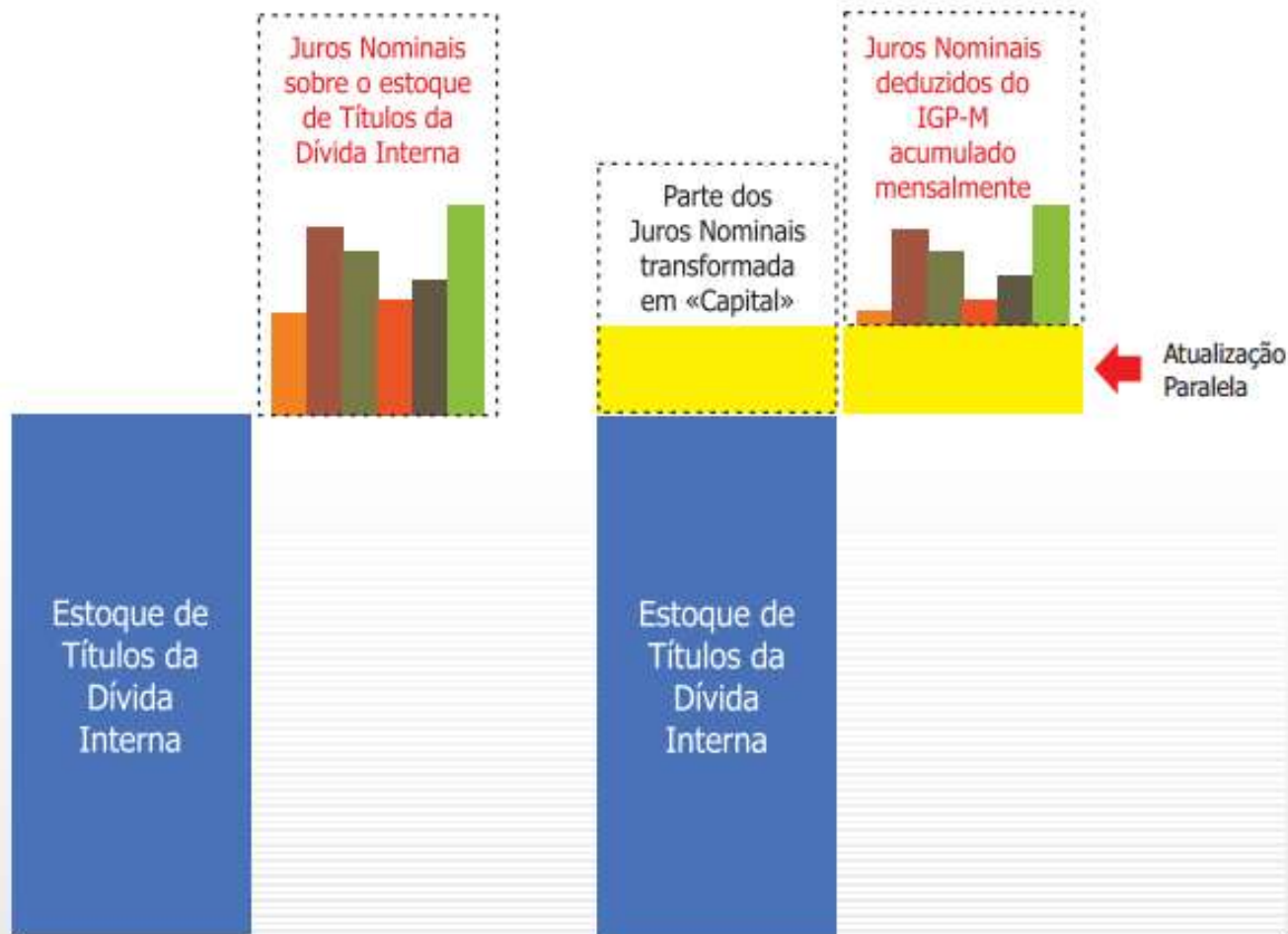
<https://goo.gl/OqsQ5R>

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO

Gráfico 01



Gráfico 02



Crise Fiscal tem sido a justificativa para projetos que cortam direitos sociais para destinar recursos para a dívida

- **EC 95** (PEC 55 ou 241): congela por 20 anos as despesas primárias para destinar recursos para a dívida e para empresas estatais não dependentes

(<https://goo.gl/B2L1pT>)

- **EC 93** (PEC 143/2015 e 31/2016): aumento da DRU para 30% e criação da DREM, representam a morte do SUS (<http://goo.gl/3X9LVf>)

- **LC 159/2017** (PLP 343/2017) drástico ajuste fiscal nos estados em troca de moratória no pagamento da dívida dos estados à União

- **PEC 287/2016 contrarreforma da Previdência**: visa reduzir as despesas primárias para que se dê efetividade à EC-95. Para isso, a PEC 287 inclui dispositivos que adia, reduz ou elimina o direito a benefícios previdenciários e assistenciais (<http://goo.gl/uu9Opc>);

- **Lei nº 13.416/2017** que autoriza a produção da nossa moeda no exterior

- **Reforma Administrativa: Lei 13341/2016**

- **PRIVATIZAÇÕES: LEI 13334/2016**

- **ESQUEMA FINANCEIRO FRAUDULENTO** Criação de novas EMPRESAS "ESTATAIS" para Securitização de Créditos: PLP 459/2017 (PLS 204/2016), PL 3337/2015, PLP 181/2015

- **AGENDA DO BANCO CENTRAL PARA O LEGISLATIVO**

2015: Lucro de R\$ 96 bilhões + Provisão de R\$ 187 bilhões

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



**Novo ESQUEMA FRAUDULENTO da
chamada “Securitização de Créditos”
escancara a geração de dívida pública
e o desvio de recursos para bancos
privilegiados**

PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado)

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



EC 95: Escancara o favorecimento ao setor financeiro e o dano ao Estado

“ § 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

(...)

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.”

Novas empresas estatais estão sendo criadas para operar esquema financeiro fraudulento (PBH Ativos S/A, CPSEC S/A, Mgi Investimentos S/A etc.)

PROJETOS CIFRADOS

PLP 459/2017 (PLS 204/2016)

PLP 181/2015 e PL 3337/2015

VISAM “LEGALIZAR” ESQUEMA FINANCEIRO

PAGAMENTO DISFARÇADO DA DÍVIDA, POR MEIO DE SEQUESTRO DE RECURSOS AINDA NA REDE BANCÁRIA, ANTES DE CHEGAR AO ORÇAMENTO



PREJUÍZO DE R\$ 70 MILHÕES AO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA No 2/2017, de 3/11/17

<https://goo.gl/DyT28V>

*Em pouco mais de 3 (três) anos de funcionamento, essa perversa "engenharia financeira" possibilitou, inicialmente, a realização de uma operação de crédito disfarçada que **ingressou R\$ 200 milhões** nos cofres do Município, porém, já provocou (1) uma **perda efetiva ao Município de Belo Horizonte de cerca de R\$ 70 milhões**; (2) o **desvio** dos recursos correspondentes aos créditos cedidos arrecadados na rede bancária (R\$ 531 MILHÕES), e (3) o **sequestro de cerca de 50%** desses recursos em favor do banco BTG Pactual S/A (R\$ 270 milhões), conforme quadro comparativo das entradas e as saídas de recursos na PBH ATIVOS S/A no período de abril/2014 a junho/2017, elaborado com base em dados recebidos pela CPI.*

Mobilização contra o PLP 459/2017 em tramitação na Câmara dos Deputados Visa “legalizar” esquema fraudulento

Recomendamos VER:

- Artigo “PLP 459 desvia arrecadação tributária e gera dívida pública ilegal <https://goo.gl/WiY4XR>
- Folheto sobre o PLP 459/2017: <https://goo.gl/sd1cJe>
- Folheto “Mentiras e Verdades” sobre o PLP 459/2017: <https://goo.gl/BYrnV1>
- Interpelação Extrajudicial dirigida aos Deputados(as) da CFT, Alerta sobre o conteúdo do PLP 459/2017: <https://goo.gl/vSo9ZS>

Pressionar Deputados(as) Federais pelo Voto NÃO ao PLP 459/2017

<https://goo.gl/rxpRvm>

AVAAZ.ORG
Petições da **COMUNIDADE**

ASSINE ENTRAR QUEM SOMOS AJUDA

A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças

INICIE UMA PETIÇÃO

**Deputados federais:
Deputados(as) Federais votem
NÃO ao esquema fraudulento
do PLP 459/2017**



Criado por
Auditoria Cidadã da D.
Brasil



A ser entregue para:
**Deputados
federais**

ASSINE PARA RECEBER MAIS INFORMAÇÕES

“ Deputados(as) Federais votem NÃO ao esquema fraudulento do PLP 459/2017

Coloque seu endereço de email:

Email

Avaaz.org vai proteger sua privacidade e manter você informado sobre esta e outras campanhas semelhantes.

Compartilhe essa campanha no Facebook

Esta petição foi criada por Auditoria Cidadã da D. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaz.

ASSINE

PLP 459/2017

(PLS 204/2016 no Senado)

visa “legalizar”:

 **Desvio de recursos arrecadados de contribuintes**

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da
Constituição

PARADOXO BRASIL

*Estamos muito
distantes do
Brasil que
queremos*



- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- PEC QUE LIMITA OS GASTOS COM A DÍVIDA
- Acompanhar a votação dos parlamentares e repudiar projetos:
 - Remuneração da sobra de caixa dos bancos (**PL 9.248/2017** e “Autonomia do BC”)
 - ESQUEMA FRAUDULENTO DE “SECURITIZAÇÃO” **PLP 459/2017**
 - Cessão Onerosa de Petróleo – **PLC 78/2018** <https://goo.gl/2aTTNd>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL (Iniciativa da CNBB)
- Cobrar posicionamento dos candidatos às Eleições/2018 em relação à CARTA ABERTA <https://goo.gl/yqi4tW>

Muito grato

Lineu Neves Mazano

E-mail lineu@cspb.org.br

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina